RUFANDO BOMB NEWS Notícias sem rodeios

Domingo, 08 de Novembro de 2026

Câmara de Cuiabá aprova manifesto em defesa da autonomia do Poder Legislativo

Vereadores reafirmam independência institucional após ação judicial do prefeito questionar Regimento Interno

Durante a sessão plenária de quinta-feira, o vereador Ilde Taques apresentou documento assinado pelos parlamentares reafirmando o compromisso com a independência entre os poderes. A iniciativa responde à Ação Direta de Inconstitucionalidade ajuizada pelo prefeito Abílio Brunini contra dispositivos do Regimento Interno da Casa.

Segundo o vereador, o manifesto não busca confrontar o Poder Judiciário, mas reafirmar a capacidade do Legislativo municipal em deliberar sobre suas normas internas, preservando a autonomia institucional da Câmara e respeitando os princípios democráticos.

O documento enfatiza que o Poder Legislativo constitui um dos pilares do Estado Democrático de Direito, tendo como responsabilidades principais a representação populacional, a elaboração de leis e a fiscalização dos atos executivos. O texto reconhece o direito constitucional de acesso ao Judiciário, porém manifesta preocupação com possíveis interferências em matérias internas da Casa.

Os parlamentares defendem que modificações no Regimento Interno, por constituir a principal norma organizacional da Câmara, sejam prioritariamente discutidas e aprovadas pelos próprios vereadores, respeitando a autonomia do Legislativo e os processos democráticos internos.

O manifesto solicita ainda que a Procuradoria-Geral da Câmara apresente posicionamento jurídico institucional sobre a estratégia de defesa na ação judicial, garantindo transparência total aos vereadores e adotando medidas para resguardar as prerrogativas constitucionais do Poder Legislativo. As manifestações processuais deverão ser compartilhadas com os parlamentares, observando rigorosamente os princípios de legalidade, impessoalidade e publicidade.

O documento reforça que objetiva garantir que nenhuma alteração na dinâmica institucional da Casa resulte de influências políticas externas. Simultaneamente, reafirma o respeito ao Judiciário, ao Ministério Público e ao Poder Executivo, enfatizando que a autonomia legislativa representa garantia essencial para o funcionamento adequado das instituições democráticas.

O manifesto será encaminhado para registro oficial da Câmara e à Procuradoria-Geral para cumprimento das providências institucionais solicitadas no próprio documento.